

Liderança Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2015 com ativos totais no montante de R\$ 894.725 mil (R\$ 877.019 mil em 31 de dezembro de 2014), receita bruta de R\$ 194.129 mil (R\$ 170.544 mil em 30 de junho de 2014) e lucro líquido de R\$ 14.796 mil (R\$ 30.121 mil em 30 de junho de 2014).

Operações de Capitalização

Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança.

Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 519.065 mil (R\$ 495.100 em 31 de dezembro de 2014) estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 555.119 mil (R\$ 525.520 mil em 31 de dezembro de 2014) das quais R\$ 550.830 mil (R\$ 509.260 em 31 de dezembro de 2014) foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 31.765 mil (R\$ 14.160 mil em 31 de dezembro de 2014) e apresentam um montante de R\$ 4.289 mil (R\$ 16.260 mil em 31 de dezembro de 2014) em reservas livres.

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 foram pagos aos acionistas o montante de R\$ 2.277 mil de dividendos antecipados, conforme estabelecido no estatuto social.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

A Empresa vem desenvolvendo estratégias de *marketing*, visando à manutenção dos clientes tradicionais e também voltadas ao público mais jovem, por meio de novos canais de venda e, também, por meio de canais de relacionamento e divulgação de conteúdo, como as redes sociais (*Twitter, Facebook, Instagram, Youtube*). No planejamento de comunicação a Empresa, através de pesquisas especializadas, procura prever campanhas publicitárias que atendam aos anseios desse público, protagonizadas por artistas reconhecidos e com forte apelo popular junto ao público alvo.

Além do desafio de conquistar novos consumidores, a Empresa tem o cuidado de fidelizar seus clientes por meio de campanhas publicitárias cujo conceito está atrelado a este público, protagonizadas por artistas populares renomados, além de figurantes e atores das faixas etárias predominantes do público alvo, a fim de criar empatia com seus clientes.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas havendo alteração da composição acionária, contudo, sem alteração do controle acionário direto ou indireto.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 26 de agosto de 2015.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase***Valores a receber de Controlador***

Chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-e, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para ocorrer em 31 de agosto de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 28 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		598.676	588.095	Circulante		538.290	535.753
Disponível		2.112	252	Contas a pagar		15.849	35.222
Caixa e bancos	4	2.112	252	Obrigações a pagar	15	10.696	29.744
Aplicações	5	555.119	525.520	Impostos e encargos sociais a recolher		1.340	1.642
Créditos das operações de capitalização		25.284	40.699	Encargos trabalhistas		2.495	1.798
Créditos das operações de capitalização	6	25.284	40.699	Impostos e contribuições		1.295	1.508
Títulos e créditos a receber		13.885	18.921	Outras contas a pagar		23	530
Títulos e créditos a receber	7	9.965	6.653	Débitos de operações com capitalização	16	3.374	5.428
Créditos tributários e previdenciários	8	2.846	11.899	Débitos operacionais		3.374	5.428
Outros créditos	9	1.074	369	Depósitos de terceiros		2	3
Despesas antecipadas	10	2.276	2.703	Provisões técnicas - Capitalização	17	519.065	495.100
Ativo não circulante		296.049	288.924	Provisão para resgates		472.977	450.296
Realizável a longo prazo		216.719	209.958	Provisão para sorteio		23.297	22.174
Títulos e créditos a receber		112.636	113.534	Provisão administrativa		22.791	22.630
Créditos tributários e previdenciários	8	85.621	88.409	Passivo não circulante		36.437	33.787
Depósitos judiciais e fiscais	18	26.613	24.723	Contas a pagar		-	1.568
Outros créditos operacionais	11	402	402	Tributos diferidos		-	1.568
Outros valores e bens	12	104.083	96.424	Outros débitos		31.690	27.794
Investimentos	13	71.612	71.598	Provisões judiciais	18	31.690	27.794
Participações societárias		3.048	3.034	Débitos diversos	18-e	4.747	4.425
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557	Patrimônio líquido	19	319.998	307.479
Outros investimentos		7	7	Capital social		273.323	273.323
Imobilizado	14	7.341	7.304	Reservas de capital		557	557
Imóveis de uso próprio		5.723	5.681	Reservas de lucros		33.599	33.599
Bens móveis		687	753	Lucros acumulados		12.519	-
Outras imobilizações		931	870				
Intangível	14	377	64				
Outros intangíveis		377	64				
		894.725	877.019			894.725	877.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Receita líquida com títulos de capitalização		96.474	84.935
Arrecadação com títulos de capitalização		194.129	170.544
Varição da provisão para resgate		(97.655)	(85.609)
Varição das provisões técnicas		(188)	(699)
Resultado com sorteios	20-a	(11.652)	(1.861)
Custos de aquisição	20-b	(82.156)	(72.552)
Outras receitas e despesas operacionais	20-c	12.606	24.358
Outras receitas operacionais		12.837	24.647
Outras despesas operacionais		(231)	(289)
Despesas administrativas		(22.499)	(25.201)
Pessoal próprio		(12.145)	(10.868)
Serviços de terceiros		(5.605)	(6.427)
Localização e funcionamento		(2.575)	(2.643)
Publicidade e propaganda		(27)	(71)
Publicações		(164)	(132)
Donativos e contribuições		(14)	(14)
Despesas administrativas diversas	20-d	(1.969)	(5.046)
Despesas com tributos	20-e	(5.371)	(5.566)
Resultado financeiro		34.072	30.766
Receitas financeiras	20-f	39.495	42.369
Despesas financeiras	20-g	(5.423)	(11.603)
Resultado patrimonial		1.320	924
Receitas com imóveis de renda		1.223	932
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		22	10
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		(8)	(18)
Receitas com outros investimentos		83	-
Resultado operacional		22.606	35.104
Ganhos e perdas com ativos não correntes	20-h	281	5.027
Resultado antes de impostos e participações		22.887	40.131
Imposto de renda	21	(5.013)	(5.982)
Contribuição social	21	(3.078)	(3.679)
Participações sobre o resultado		-	(349)
Lucro líquido do semestre		14.796	30.121
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		47,91	97,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>14.796</u>	<u>30.121</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>14.796</u></u>	<u><u>30.121</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas					Total
	Capital social	De capital	Legal	De lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	273.323	557	5.614	24.343	-	303.837
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(16.874)	-	(16.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 reapresentados	273.323	557	5.614	7.469	-	286.963
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	30.121	30.121
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	(4.584)	(4.584)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(4.584)	(4.584)
Saldos em 30 de junho de 2014	273.323	557	5.614	7.469	25.537	312.500
Saldos em 31 de dezembro de 2014	273.323	557	16.410	17.189	-	307.479
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	14.796	14.796
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	(2.277)	(2.277)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(2.277)	(2.277)
Saldos em 30 de junho de 2015	273.323	557	16.410	17.189	12.519	319.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2015	2014
Lucro líquido do semestre	14.796	30.121
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	181	162
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(292)	-
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(6)	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	(14)	8
Variação das provisões técnicas	97.843	86.308
Outros ajustes	1	-
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido ajustado	112.509	116.595
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(29.599)	(29.760)
Créditos das operações de capitalização	15.707	13.540
Créditos fiscais e previdenciários	11.841	(1.851)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.890)	(4.368)
Despesas antecipadas	427	(919)
Outros ativos	(11.676)	(6.713)
Fornecedores	(8.610)	(2.109)
Impostos e contribuições	(515)	609
Outras contas a pagar	(2.973)	714
Débitos de operações com capitalização	(2.054)	(1.455)
Depósitos de terceiros	(1)	7
Provisões técnicas - capitalização	(73.878)	(91.376)
Provisões judiciais	3.896	14.296
Outros passivos	322	(136)
	<hr/>	<hr/>
Caixa gerado nas operações	13.506	7.074
Impostos sobre lucros pagos	-	(2.437)
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.506	4.637
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	6	4
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(206)	(66)
Intangível	(326)	-
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(526)	(62)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(11.120)	(4.584)
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(11.120)	(4.584)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.860	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	252	105
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.112	96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

	Silvio Santos Participações S.A		Senor Abravanel		Henrique Abravanel		Total	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos								
Participações S.A.	-	-	1.661.309.441	94,4174%	98.227.466	5,5826%	1.759.536.907	100,00%
Liderança								
Capitalização S.A.	308.839	99,9997%	-	-	1	0,0003%	308.840	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015 e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração intermediária.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias pela Diretoria foi realizada em 26 de agosto de 2015.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- Nota 5 – Aplicações financeiras
- Nota 6-a – Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 – Créditos tributários
- Nota 17 – Provisões técnicas
- Nota 18 – Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e bancos

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica “caixa e bancos”.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 508/15, são integralmente

registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os “Créditos das operações com capitalização”, decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 508/15, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Quando aplicável, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente (vide Nota Explicativa nº 22-e).

g. Investimentos

Investimentos

Mensurado ao custo histórico, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Imóveis destinados à renda

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 22-e, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 13.

h. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

	<u>Anos</u>
Bens móveis	5 a 10
Outras imobilizações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 (no semestre) para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2015, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e

contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

l. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena”, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “outras provisões”.

4 Caixa e bancos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	2.112	252
Total	<u>2.112</u>	<u>252</u>

5 Aplicações financeiras

	2015				2014		
	Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	50.465	50.465	-	50.465	9,09%	48.670	9,26%
Fundos de renda fixa abertos	50.465	50.465	-	50.465		48.670	
II - Disponíveis para venda	504.739	(85)	504.739	504.654	90,91%	476.850	90,74%
Fundos exclusivos de títulos públicos	504.739	(85)	504.739	504.654		476.850	
Operações compromissadas (*)	504.739	-	504.739	504.739		476.930	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(85)	-	(85)		(80)	
Total	555.204	50.380	504.739	555.119	100,00%	525.520	100,00%

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Fundos de renda fixa abertos

Administrador	2015	2014
Caixa Econômica Federal	50.465	48.670
Total	50.465	48.670

Fundos exclusivos de títulos públicos

Administrador	2015	2014
Caixa Econômica Federal	152.237	142.920
Banco Bradesco S.A.	352.417	333.930
Total	504.654	476.850

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

	Saldos em 2014				Saldos em 2015
	em 2014	Aplicações	Resgates	Rendimentos	
Fundos de renda fixa abertos	48.670	-	(1.000)	2.795	50.465
Fundos exclusivos de títulos públicos	476.850	59.452	(59.142)	27.494	504.654
Total	525.520	59.452	(60.142)	30.289	555.119

	Saldos em 2013				Saldos em 2014
	em 2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos	
Fundos de renda fixa abertos	48.060	-	-	2.346	50.406
Fundos exclusivos de títulos públicos	506.481	60.724	(72.394)	24.580	519.391
CDB - Certificados de depósitos bancários	26.242	106.000	(93.459)	1.963	40.746
Total	580.783	166.724	(165.853)	28.889	610.543

Rentabilidade da carteira

Em 2015, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou R\$ 30.289 no semestre (R\$ 28.889 em 2014). Essa rentabilidade representa 98,31% (98,87% em 2014) do CDI que foi de 5,92%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2015 (4,97% em 2014).

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	550.830	509.260
Total vinculado	<u>550.830</u>	<u>509.260</u>
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	4.289	16.260
Total de aplicações livres	<u>4.289</u>	<u>16.260</u>
Total	<u>555.119</u>	<u>525.520</u>
Provisões técnicas (Nota 17)	519.065	495.100
Excesso de cobertura	<u>31.765</u>	<u>14.160</u>
Aplicações financeiras livres	<u>4.289</u>	<u>16.260</u>

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativo financeiro	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Valor justo por meio do resultado	-	50.465	50.465	-	48.670	48.670
Disponíveis para venda	504.654	-	504.654	476.850	-	476.850
Total	<u>504.654</u>	<u>50.465</u>	<u>555.119</u>	<u>476.850</u>	<u>48.670</u>	<u>525.520</u>

6 Créditos das operações de capitalização

a. Créditos das operações de capitalização

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Créditos a receber de distribuidores por vencimento		
A vencer		
De 1 a 60 dias	22.131	37.154
Vencidos		
De 1 a 60 dias	1.372	294
Acima de 61 dias	22	20
(-) Provisão para perdas	(22)	(314)
	<u>23.503</u>	<u>37.154</u>
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	9	1.004
Prêmios - pagamentos em trânsito	264	178
Resgates a confirmar	1.508	2.363
	<u>1.781</u>	<u>3.545</u>
	<u>25.284</u>	<u>40.699</u>

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos no início do semestre	<u>40.699</u>	<u>47.411</u>
Arrecadação com títulos de capitalização	194.129	170.544
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(117)	(187)
Eventos diversos	(771)	1.260
Recebimentos	(208.948)	(185.157)
Reversão de provisão para perdas	292	-
Total	<u>25.284</u>	<u>33.871</u>

7 Títulos e créditos a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Créditos de capitalização a receber	7.296	7.296
Antecipações de resgates	9.733	6.482
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.281)	(7.281)
Aluguéis a receber	210	156
Outras	7	-
	<u>9.965</u>	<u>6.653</u>

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	35	8.688
Antecipações de imposto de renda	365	-
Créditos de contribuição social a compensar	2.351	3.211
Antecipações de contribuição social sobre o lucro	95	-
	<u>2.846</u>	<u>11.899</u>
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	13.099	12.970
Contribuição social	7.860	7.782
	<u>20.959</u>	<u>20.752</u>
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa (b)		
Imposto de renda	40.414	42.286
Contribuição social	24.248	25.371
	<u>64.662</u>	<u>67.657</u>
	<u>85.621</u>	<u>88.409</u>

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 22-e). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
PIS	6.047	1.512	907	5.938	1.485	891
Processos cíveis a pagar	8.604	2.151	1.291	7.775	1.944	1.166
Processos trabalhistas a pagar	6.269	1.567	940	4.780	1.195	717
AVP - Ajuste a valor presente	26.605	6.651	3.991	28.836	7.209	4.325
Provisão de honorários de êxito (Nota 18-e)	4.747	1.187	712	4.425	1.106	664
Outras	126	31	19	125	31	19
	<u>52.398</u>	<u>13.099</u>	<u>7.860</u>	<u>51.879</u>	<u>12.970</u>	<u>7.782</u>

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 161.655 (R\$ 169.142 em 31 de dezembro de 2014) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 64.662 (R\$ 67.657 em 31 de dezembro de 2014). A constituição de créditos tributários

está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa esta representado, conforme quadro a seguir:

Período	Projetado				Realizado (*)			
	Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%	Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2015	12.023	3.006	1.803	7,11%	7.487	1.872	1.123	4,43%
2016	11.031	2.758	1.655	6,52%	-	-	-	0,00%
2017	11.646	2.912	1.747	6,88%	-	-	-	0,00%
2018	15.337	3.834	2.301	9,07%	-	-	-	0,00%
2019	16.989	4.247	2.548	10,04%	-	-	-	0,00%
2020	18.176	4.544	2.726	10,75%	-	-	-	0,00%
2021	16.896	4.224	2.534	9,99%	-	-	-	0,00%
2022	19.500	4.875	2.925	11,53%	-	-	-	0,00%
2023	23.093	5.773	3.464	13,65%	-	-	-	0,00%
2024	24.451	6.113	3.668	14,46%	-	-	-	0,00%
Total	169.142	42.286	25.371	100,00%	7.487	1.872	1.123	4,43%

(*) Realizado até 30 de junho de 2015

9 Outros créditos

	2015	2014
Adiantamentos a funcionários	501	272
Adiantamentos a fornecedores	20	81
Outros adiantamentos	553	16
	1.074	369

10 Despesas antecipadas

	2015	2014
Prestação de serviços a apropriar	1.716	2.231
Outras	560	472
	2.276	2.703

11 Outros créditos operacionais – não circulante

	2015	2014
Adiantamento para futuro aumento de capital	400	400
Outros	2	2
	402	402

12 Outros valores e bens

	2015	2014
Alienação de investimentos: Banco Panamericano S.A. (Nota 22-e)	104.083	96.424
	104.083	96.424

13 Investimentos

	Lider Art's Comunicação Ltda.	Hotel Jequitimar Ltda.	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio.	Outros	Total 2015	Total 2014
Total de ativos	465	15.826	28.963				
Total de passivos	453	12.832	7.456				
Receitas	133	32.762	-				
Despesas	37	31.855	-				
Capital social	100	8.067	25.030				
Patrimônio líquido	12	2.994	21.507				
Lucro líquido do semestre	96	907	-				
Número de quotas possuídas	99.000	5.700	3.530.220				
Participação societária	99,00%	0,07%	14,10%				
Saldo dos investimentos no início do semestre	-	1	3.033	68.557	7	71.598	71.194
Resultado de equivalência patrimonial	12	2	-			14	(8)
Saldo dos investimentos no final do semestre	12	3	3.033	68.557	7	71.612	71.186

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota Explicativa 22-e, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco – SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 871 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 835 em 2014).

Para adequar ao CPC nº 28, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara, 160 – RJ, destinadas à locação.

14 Imobilizado e intangível

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras		Totais	
			imobilizações (a)	Intangível (b)	2015	2014
Saldo no início do semestre						
Custo	17.843	6.001	1.090	679	25.613	26.473
(-) Depreciação acumulada	(12.162)	(5.248)	(220)	(615)	(18.245)	(18.472)
Saldo contábil líquido	5.681	753	870	64	7.368	8.001
Aquisições	42	48	116	326	532	66
Baixas/transfêrências	-	33	(34)	-	(1)	-
(-) Depreciação	-	(147)	(21)	(13)	(181)	(162)
Saldo contábil líquido no final do semestre	5.723	687	931	377	7.718	7.905
		10% a				
Taxas anuais de depreciação	4%	20%	4%	20%		

- (a) Os montantes registrados na rubrica “Outras imobilizações” referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.
- (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, linhas telefônicas, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares estão sendo amortizadas com vida útil estimada no prazo de cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para Empresa.

15 Obrigações a pagar

	2015	2014
Fornecedores	9.889	18.499
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	8.843
Outras	807	2.402
	10.696	29.744

16 Débitos de operações com capitalização

	2015	2014
Comissões sobre venda de títulos	3.363	5.417
Outras	11	11
	3.374	5.428

17 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram:

	Provisão					Total 2015	Total 2014
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para sorteios a pagar	Outras (PDA)		
Saldos no início do semestre	183.095	267.201	1.227	20.947	22.630	495.100	478.166
Constituições	133.000	-	16.087	217	189	149.493	258.889
Reativações	-	591	-	159	-	750	261
Cancelamentos	(35.936)	-	(3.210)	(725)	-	(39.871)	(51.123)
Atualização monetária e juros	2.026	1.910	-	85	-	4.021	6.014
Pagamentos de resgates e sorteios	-	(67.246)	-	(9.709)	-	(76.955)	(144.079)
Prescrições	-	(11.664)	-	(849)	-	(12.513)	(40.214)
Reversões	-	-	(370)	(562)	(28)	(960)	(12.814)
Transferências	(80.423)	80.423	(10.889)	10.889	-	-	-
Saldos no final do semestre	201.762	271.215	2.845	20.452	22.791	519.065	495.100

18 Provisões judiciais

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2015
PIS (a)	6.307	-	-	109	6.416	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	7.162	17	-	224	7.403
Contribuição social (b)	8.932	1.048	-	421	10.401	16.303	965	-	732	18.000
Trabalhista (c)	4.780	1.411	(171)	249	6.269	677	7	(20)	37	701
Cíveis (d)	7.775	416	(97)	510	8.604	581	-	(70)	(2)	509
Total	27.794	2.875	(268)	1.289	31.690	24.723	989	(90)	991	26.613

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2014
PIS (a)	6.111	-	-	94	6.205	-	-	-	-	-
COFINS (a)	219.875	7.319	-	4.983	232.177	6.762	-	-	192	6.954
Contribuição social (b)	8.223	1.384	-	315	9.922	12.019	2.135	-	1.483	15.637
Trabalhista (c)	3.467	-	-	148	3.615	773	561	(3)	-	1.331
Cíveis (d)	7.598	134	(581)	500	7.651	468	-	-	-	468
Total	245.274	8.837	(581)	6.040	259.570	20.022	2.696	(3)	1.675	24.390

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2015				2014			
	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais (*)	-	16.817	-	16.817	-	15.239	-	15.239
Trabalhistas	6.269	75.916	-	82.185	4.780	73.471	-	78.251
Cíveis	8.604	13.902	14.351	36.857	7.775	13.799	9.165	30.739
Total	14.873	106.635	14.351	135.859	12.555	102.509	9.165	124.229

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

a. PIS e COFINS

A Empresa discutia a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC n^{os} 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e cuja solução encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos até 30 de junho de 2014 a título de COFINS, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, no montante de R\$ 193.146 e a provisão para encargos legais de R\$ 39.031 encontravam-se provisionados. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei n^o 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisionou tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetuava os recolhimentos mensais a título de COFINS até a data-base 30 de junho de 2014, no entanto apurava mensalmente os valores relativos ao tributo a fim de constituir provisão relativa às contingências tributárias.

Muito embora que, com a publicação da Lei n^o 12.973 de 13 de maio de 2014, que em seu artigo 2^o alterou o artigo 12 do Decreto-Lei n^o 1.598/77, acrescentando o item IV para definição de receita bruta, tenha havido um reforço à tese dos contribuintes, que está para ser definida no "leading case" em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, a Empresa, em 29 de julho de 2014, optou por aderir à nova fase do REFIS IV, que reabriu o prazo de adesão para empresas financeiras e equiparadas, concedendo redução de 100 % das multas de mora e de ofício, dos juros de mora e dos encargos legais, para pagamento à vista, e conseqüentemente, desistiu da ação que era movida contra a Fazenda Nacional.

b. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4^o Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

c. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização “Tele Sena” é uma forma de loteria, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações monta R\$ 95.774 (R\$ 90.409 em 31 de dezembro de 2014). A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreende o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Como era previsto pelos advogados, o Superior Tribunal de Justiça acatou as argumentações da Empresa e, em novembro de 2013, julgou o mandado de segurança procedente, anulando a autuação fiscal, restando pendente atualmente a apreciação de recurso extraordinário manejado pelo Município do Rio de Janeiro perante o Supremo Tribunal Federal, com pouquíssimas possibilidades de êxito por parte do autor. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários de êxito no montante de R\$ 4.747 (R\$ 4.425 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica “Débitos diversos”, no passivo não circulante.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, foram pagos dividendos antecipados no valor de R\$ 2.277, conforme estabelecido no estatuto social.

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições	(16.304)	(10.552)
Reativações	(159)	(54)
Cancelamentos	3.935	2.053
Reversões	932	6.745
Despesas com títulos sorteados	(56)	(53)
	<u>(11.652)</u>	<u>(1.861)</u>

b. Custos de aquisição

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Corretagem	(32.325)	(28.493)
Despesas de vendas	(8.163)	(7.930)
Publicidade e propaganda	(41.668)	(36.129)
	<u>(82.156)</u>	<u>(72.552)</u>

c. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 17)	12.513	24.580
Outras receitas com operação de capitalização	324	67
Perdas na recuperação de créditos	(22)	-
Furtos de Tele Senas	(73)	(166)
Outras despesas	(136)	(123)
	<u>12.606</u>	<u>24.358</u>

d. Despesas administrativas diversas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Condenações judiciais	(152)	(631)
Provisão de contingências judiciais:		
Encargos legais COFINS	-	(2.898)
Outros processos administrativos	(1.559)	447
Multas e infrações	(102)	-
Despesas não detutíveis	(145)	(1.947)
Despesas diversas	(11)	(17)
	<u>(1.969)</u>	<u>(5.046)</u>

e. Despesas com tributos

	2015	2014
COFINS	(4.245)	(4.421)
PIS	(690)	(719)
Outros	(436)	(426)
	(5.371)	(5.566)

f. Receitas financeiras

	2015	2014
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	2.795	2.346
Disponíveis para venda	27.494	24.580
Mantidos até o vencimento	-	1.963
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente	5.428	7.645
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente	2.231	4.088
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18)	991	1.675
Outras	556	72
	39.495	42.369

g. Despesas financeiras

	2015	2014
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 17)	(4.021)	(2.320)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18)	(1.289)	(6.040)
Juros sobre parcelamento REFIS	-	(3.066)
Outras	(113)	(177)
	(5.423)	(11.603)

h. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2015	2014
Processos judiciais (*)	-	4.866
Outros ganhos	281	161
	281	5.027

(*) Recebimento por trânsito em julgado do processo nº 98.001.049658-0, movido pela Empresa contra o DETRAN do Rio de Janeiro, face à inadimplência em contrato de locação imobiliária.

21 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2015 e 2014, estão assim demonstrados:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	22.887	22.887	40.131	40.131
(-) Participações	-	-	(349)	(349)
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	22.887	22.887	39.782	39.782
Adições	4.323	4.323	16.259	16.259
Equivalência patrimonial (Nota 13)	8	8	18	18
Provisão para contingências (Nota 18)	3.170	3.170	13.359	13.359
Outras	1.145	1.145	2.882	2.882
Exclusões	(2.253)	(2.253)	(23.089)	(23.089)
Equivalência patrimonial (Nota 13)	(22)	(22)	(10)	(10)
Reversão de provisão para contingências	-	-	(2.117)	(2.117)
AVP - Ajuste a valor presente (Nota 20-f)	(2.231)	(2.231)	(4.088)	(4.088)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(16.874)	(16.874)
Lucro fiscal antes das compensações	24.957	24.957	32.952	32.952
Compensações de prejuízos fiscais de anos anteriores	(7.487)	(7.487)	(9.886)	(9.886)
Base de cálculo	17.470	17.470	23.066	23.066
Tributos correntes (IR/CS)	(4.355)	(2.620)	(5.755)	(3.460)
Incentivos fiscais dedução	104	-	139	-
Créditos tributários s/ prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(762)	(458)	(366)	(219)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	-	-	-	-
Total de tributos	(5.013)	(3.078)	(5.982)	(3.679)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	21,90%	13,45%	15,04%	9,25%

A Empresa optou por recolher o imposto de renda e a contribuição social pelo regime anual, apurando lucro fiscal no montante de R\$ 24.957 (R\$ 32.952 em 30 de junho de 2014), os quais foram compensados com prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores no montante de R\$ 7.487 (R\$ 9.886 em 30 de junho de 2014). O saldo remanescente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 161.655 (R\$ 169.142 em 31 de dezembro de 2014) serão compensados com lucros tributáveis futuros conforme Nota Explicativa nº 8-b.

22 Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	(2.401)	(8.055)	(11.762)	(10.972)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i)	(14)	(15)	(48)	(632)
Imagem e voz (a-ii)	(4.788)	(6.046)	(21.414)	(18.171)
Custos de aquisição	(7.203)	(14.116)	(33.224)	(29.775)
Serviços compartilhados (b)	-	(50)	(340)	(391)
Despesas com serviços de terceiros	-	(50)	(340)	(391)
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	148	140	871	835
Perícia Adm. e Corr. Seg. e Prev. Priv. SC Ltda.	-	1	3	(16)
Promolider Promotora de Vendas Ltda.	1	5	7	22
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	2	11	10
Lider Art's Comunicação Ltda.	1	1	7	6
SISAN Empreendimentos Imobiliários LTDA	7	-	42	-
Receitas/(despesas) de aluguel (c)	159	149	941	857
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	-	397
BF Utilidades Domésticas Ltda. - Outros créditos	2	2	-	-
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	-	17
Outros créditos a receber - Não circulante	2	2	-	414
Silvio Santos Participações S.A.	104.083	96.424	7.659	11.319
Outros valores e bens (e)	104.083	96.424	7.659	11.319
Dividendos a pagar	-	(8.843)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(8.843)	-	-
Silvio Santos Participações S.A.	-	(190)	-	(1.200)
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	-	-
Lider Art's Comunicação Ltda.	(3)	(86)	-	-
Outras contas a pagar	(9)	(282)	-	(1.200)

- a. Custos de aquisição:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i)** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
 - (ii)** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.

- c. **Receitas/(despesas) de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".
- d. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 163 (R\$ 678 em 30 de junho de 2014).
- e. **Outras informações:** Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M – Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O ajuste a valor presente foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 13).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 119.424; em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 13.000 e, em 30 de dezembro de 2014 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 52.000. O saldo remanescente com vencimento para liquidação em 31 de agosto de 2020 está atualizado pela variação do IGPM – Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função destas amortizações a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir das datas de cada amortização. O saldo atualizado e ajustado a valor presente totaliza R\$ 104.083 em 30 de junho de 2015.

Estes registros encontram-se classificados à rubrica "Outros valores e bens" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo no início do semestre	96.424	241.057
Atualização monetária e AVP	7.659	11.319
Saldo no final do semestre	<u>104.083</u>	<u>252.376</u>

23 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2015, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 326 (R\$ 377 em 30 de junho de 2014).

24 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- (1) Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- (2) Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- (3) Comitê de tecnologia da informação**, compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas,

situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de denúncias ou ao departamento de Recursos Humanos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos (Gestão de *Compliance*).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à

fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. Contém também informações detalhadas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

e. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Resolução CNSP n.º 311/14, o parecer atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

f. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

g. Riscos operacionais

A empresa está implementando os critérios para a constituição de Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) fase 1, que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP n.º 492/14, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

h. Risco de crédito

A empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP n.º 228/10, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

i. Risco de mercado

No âmbito da gestão de risco de mercado, a empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	2015				2014			
	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário*	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário*
jan	0,9148%	0,9293%	98,44%	0,0022%	0,8324%	0,8380%	99,34%	0,0037%
fev	0,8065%	0,8185%	98,53%	0,0028%	0,7756%	0,7827%	99,10%	0,0034%
mar	1,0188%	1,0361%	98,33%	0,0035%	0,7512%	0,7599%	98,85%	0,0033%
abr	0,9322%	0,9483%	98,30%	0,0034%	0,8059%	0,8155%	98,83%	0,0030%
mai	0,9676%	0,9838%	98,35%	0,0034%	0,8491%	0,8583%	98,92%	0,0025%
jun	1,0464%	1,0658%	98,18%	0,0037%	0,8082%	0,8174%	98,88%	0,0019%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 62, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco Janelas	2015				2014			
	Mensal (21 du)	Trimestral (62 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)	Mensal (21 du)	Trimestral (62 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% de confiança	0,0012%	0,0023%	0,0037%	0,0054%	0,0001%	0,0004%	0,0019%	0,0057%
Stress histórico do período	0,0015%	0,0023%	0,0037%	0,0057%	0,0001%	0,0016%	0,0037%	0,0067%
VAR pela % mínima real	0,0021%	0,0021%	0,0023%	0,0024%	0,0006%	0,0013%	0,0014%	0,0032%
Fechamento pela VAR	95,25%	95,02%	94,83%	94,74%	95,42%	95,25%	95,04%	94,58%
Fechamento stress histórico	95,21%	95,02%	94,83%	94,58%	95,42%	95,11%	94,83%	94,45%
Fechamento pela mínima	95,15%	95,05%	95,01%	94,98%	95,35%	95,15%	95,12%	94,89%
VAR em R\$	6.443	12.691	20.297	29.933	379	2.405	11.838	35.017
Máxima do período	98,37%	98,57%	98,73%	99,07%	98,98%	99,00%	100,41%	106,69%
Mediana	98,36%	98,36%	98,51%	98,52%	98,92%	98,93%	98,94%	98,98%
Media	98,19%	98,30%	98,37%	98,46%	98,88%	98,88%	99,00%	99,04%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,6% a 95,3% (94,5% a 95,4% em 30 de junho de 2014) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfolio*.

A empresa está implementando ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 317/14, onde será desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

j. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	2015				2014			
	Vencimento				Vencimento			
	Liquidez		%		Liquidez		%	
	"Duration"	"Duration"	Crítério	% Crítério	"Duration"	"Duration"	Crítério	% Crítério
0 dias	0 dias	liquidez	vencimento	0 dias	0 dias	liquidez	vencimento	
Sem vencimento	555.119	555.119	100,00%	100,00%	525.520	525.520	100,00%	100,00%
Total	555.119	555.119	100,00%	100,00%	525.520	525.520	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com *duration* de 79 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2014).

Liquidez da carteira	2015				2014			
	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	555.119	294.554	100,00%	56,75%	525.520	289.376	100,00%	58,45%
De 1 a 30 dias	-	17.700	0,00%	3,41%	-	16.151	0,00%	3,26%
De 31 a 60 dias	-	16.168	0,00%	3,11%	-	15.389	0,00%	3,11%
De 61 a 90 dias	-	15.885	0,00%	3,06%	-	16.521	0,00%	3,34%
De 91 a 180 dias	-	74.802	0,00%	14,41%	-	54.711	0,00%	11,05%
De 181 a 365 dias	-	99.956	0,00%	19,26%	-	102.952	0,00%	20,79%
Total	555.119	519.065	100,00%	100,00%	525.520	495.100	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2015		2014	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	555.119	AAA	525.520	AAA
Total	555.119		525.520	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		Total 2015	Total 2014
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	2.112	-	-	-	-	2.112	252
Aplicações	50.380	-	-	504.739	-	555.119	525.520
Créditos das operações de capitalização	1.781	1.372	-	22.131	-	25.284	40.699
Títulos e créditos a receber	-	-	-	9.965	-	9.965	6.653
Créditos tributários e previdenciários	20.959	-	-	7.029	60.479	88.467	100.308
Depósitos judiciais e fiscais	26.613	-	-	-	-	26.613	24.723
Outros créditos	-	-	29	1.045	-	1.074	369
Outros créditos operacionais	400	-	2	-	-	402	402
Despesas antecipadas	-	-	-	2.276	-	2.276	2.703
Outros valores e bens	-	-	-	-	104.083	104.083	96.424
Total dos ativos financeiros	102.245	1.372	31	547.185	164.562	815.395	798.053
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	-	173	-	10.523	-	10.696	29.744
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.340	-	1.340	1.642
Encargos trabalhistas	-	-	-	2.495	-	2.495	1.798
Impostos e contribuições	-	-	-	1.295	-	1.295	1.508
Outras contas a pagar	-	17	6	-	-	23	530
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	1.568
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	3.374	-	3.374	5.428
Depósitos de terceiros	2	-	-	-	-	2	3
Provisões técnicas	22.791	102.749	188.919	204.606	-	519.065	495.100
Provisões judiciais	31.690	-	-	-	-	31.690	27.794
Débitos diversos	4.747	-	-	-	-	4.747	4.425
Total dos passivos financeiros	59.230	102.939	188.925	223.633	-	574.727	569.540

k. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da empresa.

I. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 316/14, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR. CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Empresa está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional.

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
Patrimônio líquido	319.998		307.479	
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.048)		(3.034)	
Despesas antecipadas	(2.276)		(2.703)	
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(64.662)		(67.657)	
Ativos intangíveis	(377)		(64)	
Obras de arte	(7)		(7)	
Créditos oriundos da alienação de ativos	(104.083)		(96.424)	
Patrimônio líquido ajustado	145.545		137.590	
I - Capital base	10.800		10.800	
II - Capital de risco	12.445		16.360	
Capital de risco de crédito	7.915		12.051	
Capital de risco de subscrição	3.158		3.236	
Capital de risco operacional	2.565		2.407	
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(1.193)		(1.334)	
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	12.445		16.360	
Suficiência de capital	133.100		121.230	
Índice de liquidez em relação ao CMR				
Índice de liquidez requerido	20%	2.489	20%	3.272
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	255%	31.765	87%	14.160

25 Normas emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) – Medida Provisória (MP) nº 675/15

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20%. Embora a MP possua efeito de lei desde a data de sua edição, sua vigência é limitada a um prazo de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias e necessita ser convertida em lei pelo Congresso Nacional para que possa produzir efeitos por um prazo indeterminado.

A conversão em lei não havia ocorrido até 30 de junho de 2015 e nem até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Os efeitos desta MP não foram considerados como “substantivos de promulgação real”, e desta forma não houve qualquer impacto na mensuração dos ativos e passivos em 30 de junho de 2015.

Circular SUSEP 517/2015

A Circular SUSEP 517/2015 publicada no Diário Oficial em 11 de agosto de 2015, com aplicabilidade a partir dessa data, consolidou diversas Circulares já emitidas referentes à solvência e promoveu alterações de caráter redacional, com o objetivo de facilitar a consulta, a compreensão e a praticidade na consulta dos assuntos relacionados. Ela também estabeleceu, entre outras, normas sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado; constituição de banco de dados de perdas operacionais; registro, custódia e movimentação de ativos; títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras.

* * *

Diretoria

José Maria Corsi
Guilherme Stoliar
Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

Agnaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA